

## A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM RELAÇÃO À AUSÊNCIA DE PROFESSOR ESPECIALIZADO NOS ANOS INICIAIS

Flávia Fernandes Cardoso<sup>1</sup>  
Denise Grosso da Fonseca<sup>2</sup>

*PALAVRAS-CHAVE: educação física escolar; ensino fundamental; unidocência.*

### INTRODUÇÃO

A Educação Física, disciplina obrigatória na Educação Básica e grande área de conhecimento específico, parece não ter sua identidade completamente estabelecida e, por isso, sua relevância no contexto escolar por vezes é questionada ou subvalorizada. Exemplo disso é sua presença obrigatória nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurada por lei (LDB 9394/96) e, no caso das escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul, não ter sua prática efetivamente garantida diante da vigência de uma organização curricular unidocente<sup>1</sup>.

A questão da Educação Física nos anos iniciais tem sido pesquisada, em geral, analisando os professores unidocentes e sua relação com esse componente curricular. Desafiando-nos a entender o que acontece na (des)articulação entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, em relação à Educação Física, tendo como referência os conhecimentos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), neste estudo buscamos compreender esse fenômeno por outro viés: a visão do professor de Educação Física de sexto ano do Ensino Fundamental, que se expressa através do seguinte problema de pesquisa: - Como o professor de Educação Física de escola pública estadual do Estado do Rio Grande do Sul de sexto ano percebe o desenvolvimento dos alunos em relação à ausência de professor especializado nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

### METODOLOGIA

Esta pesquisa de natureza qualitativa, dado seu caráter interpretativo e inserido no âmbito das ciências sociais, (MINAYO, 2008) foi desenvolvida através de entrevistas semiestruturadas, e os interlocutores foram dois professores da Rede Estadual do RS, com formação em Educação Física, que atuam com sexto ano do Ensino Fundamental em escolas cujas aulas deste componente curricular nos anos iniciais são ministradas por unidocentes. As respostas dos professores foram analisadas e organizadas em duas categorias de análise: *a ausência de professor de Educação Física e o desenvolvimento dos alunos.*

### ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

---

<sup>1</sup> Unidocência é entendida como a presença de um único professor a atuar nos anos iniciais do ensino fundamental, de acordo com Art. 31 da Resolução 07/2010 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de 9 anos e, no caso do RGS, na Lei n° 8.747/1988 que fixa uma gratificação salarial para tal situação.



*A ausência de professor de Educação Física* - Ambos os professores entrevistados afirmam que as professoras unidocentes ministram atividades exclusivamente de cunho recreativo. Segundo o *professor B*, as professoras unidocentes “*Trabalham bastante a recreação, a questão do limite, estabelecer limites entre eles, atividades sócio cooperativas [...] Bem divertido*”. Já o *professor A* se posiciona de forma veemente em relação à prática das professoras unidocentes: “*Tem gente que não faz nada. Mas tem professora que faz assim... Ahn... “ovo podre”, corda, isso a gente visualiza algumas vezes*”. Os professores demonstram ter uma perspectiva diferente em relação às aulas desenvolvidas nos anos iniciais, mas ambos evidenciam em suas falas que a Educação Física seria equivalente a recreação.

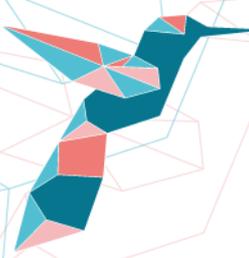
O *professor A* afirma sobre as aulas das unidocentes que “*normalmente é largar material e eles se viram*”, evidenciando uma crítica à perspectiva não diretiva das professoras. Perspectiva essa que pode evidenciar a ausência de construção de aprendizagens significativas em relação aos objetivos específicos de estudo da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

*Desenvolvimento dos alunos* - Entendemos que a Educação Física nos anos iniciais, por vezes, não contribui de forma efetiva para o desenvolvimento das crianças, pois não se configura como aula. Relacionando com a fala do *professor A*, por “*ser tratada como mero momento de brincadeira*” – o que não acrescenta à criança nada que já não seja da sua própria vivência de infância.

De acordo com os PCNs (1997), o primeiro ciclo é marcado pela transição entre as brincadeiras individuais da infância para as brincadeiras sociais e com regras (BRASIL, 1997). Em relação ao desenvolvimento motor, afirmam que deve ser proporcionado a criança uma maior diversidade possível de habilidades motoras, inclusive associando a diferentes objetos. Para o segundo ciclo, propõem que nessa etapa os alunos já devem ser capazes de se articular dentro dos jogos e brincadeiras, exercendo autonomia. Também é ressaltado que os alunos podem, através da “*percepção do próprio corpo, começar a compreender as relações entre a prática de atividades corporais, o desenvolvimento das capacidades físicas e os benefícios que trazem à saúde*” (BRASIL, p. 51, 1997). O documento atenta para questões atitudinais, de respeito entre colegas, bem como de respeito e reconhecimento da diversidade das diferentes manifestações presentes na cultura corporal de movimento. De acordo com o referido documento se evidencia a importância de um trabalho efetivo no primeiro ciclo e da escolha dos conteúdos em consonância com as condições prévias dos alunos em relação à Educação Física. Podemos entender que os conteúdos do sexto ano devem procurar se adequar ao que os alunos tiveram – ou não – nos anos iniciais e, para tanto, importa que haja um bom desenvolvimento no 1º ciclo para que o 2º ciclo possa construir uma aprendizagem adequada nos alunos e não, apenas, retomar aspectos que não foram aprendidos.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do propósito de compreender a percepção dos professores de Educação Física de sexto ano acerca do desenvolvimento dos alunos em relação à ausência de professor especializado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a análise das informações aponta para dois aspectos centrais: a vulnerabilidade da Educação Física como componente curricular evidenciada pela restrição das aulas à recreação e/ou “hora livre” e a possível fragilidade de aprendizagem dos alunos em relação ao desenvolvimento dos conhecimentos da cultura corporal importantes para a continuidade dos estudos nos anos finais. Tais constatações nos levam a indagar: quais as possibilidades de superação dessas dificuldades que se perpetuam por tantos anos?



**XIX  
CONBRACE**  
**VI CONICE**  
08 a 13 de setembro de 2015  
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE  
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:  
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO  
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Resolução nº7/2010.  
BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 1996.  
BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997.  
MINAYO, M. C. S. (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.  
RIO GRANDE DO SUL, Lei nº 8.747, de 21 Novembro de 1988. Diário Oficial do Estado, Poder Legislativo, Porto Alegre, RS, 21 de Novembro. 1988.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Educação Física ESEF/UFRGS, flaviafernandes@hotmail.com.br

<sup>2</sup> Professora Doutora em Educação Física ESEF/UFRGS, dgf.ez@terra.com.br